



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

PEDIDO DE COMPRA: 001105 / 2026

EMIÇÃO: 02/06/2026

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA

Objetivo: Contratação de empresa em regime de execução indireta de empreitada por preço global, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, insumos, transportes, encargos sociais, BDI e demais encargos, objetivando a pavimentação com concreto usinado com fibra de polipropileno, no seguinte local: - Rua Percy Homero Comparsi, Área Industrial, Município de São Luiz Gonzaga – RS.

Justificativa: A contratação da obra se faz necessária para agilizar a melhoria de trafegabilidade (rua) da cidade que devido aos moradores se deslocarem para o trabalho, escola e empresas geradores de receitas e empregos e demais locais, necessitam de uma boa via. Tratando-se de uma melhoria na pavimentação e na estrutura destas ruas urbanas. Também transtornos causados por poeiras em dias secos e com barro em tempos chuvosos o que causa transtorno aos usuários desta rua.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pavimentação em concreto usinado, a ser realizado no seguinte trecho:

Quant.	Local
ÁREA: 1.650,00 m ²	- Pavimentação com concreto usinado simples PCS, conforme memorial descritivo no seguinte local: - Rua Percy Homero Comparsi, Área Industrial. * Emenda Parlamentar Especial nº 202641680006.

Atualmente a rua não conta com nenhum tipo de pavimentação, sendo a mesma de terra, trazendo transtornos, em dias secos devido a muita poeira e em dias de chuva com o barro.

Sendo assim, a contratação do serviço se faz necessária para agilizar a melhoria de trafegabilidade da cidade que devido aos moradores se deslocarem para o trabalho, escola e demais locais, necessitam de uma boa via. Tratando-se de uma melhoria na pavimentação e na infraestrutura urbana.

Além de garantir maior produtividade e melhor uso dos recursos, o concreto usinado tem uma função estrutural com maior desempenho e menos onerosa.

Ademais, o outro fator que leva a decidir pela pavimentação com concreto usinado, destas ruas é a qualidade de vida dos moradores destes bairros e também um melhor transporte de alunos de escolas que residem no local e escoamento das pessoas para o trabalho. Também transtornos causados por poeiras em dias secos e com barro em tempos chuvosos o que causa transtorno aos usuários destas ruas.

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO SIMPLES – PCS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA.

LOCAL DE INTERVENÇÃO: Rua Percy Homero Comparsi – Área Industrial.

Total = 01 Trecho

PLACA DE OBRA - MÓVEL

PLACA DE DIVULGAÇÃO DO SETOR PÚBLICO (modelo anexo)

1.1. Formato:

Placas externas devem medir 3,00 m de largura por 1,50 m de altura, para que tenha a garantia de visibilidade de quem estiver circulando em veículo automotor.

1.2. Material:

As placas devem ser produzidas em chapa metálica galvanizada 20, tratada com “Kromik Metal Primer 74”, virada nas bordas ou aparafusada sobre uma moldura de madeira ou metalon resistente às intempéries.

1.3. Cores:

Nos layouts anexos, estão todas as especificações de cores nas escalas CMYK e pantone, bem como os tipos de fontes,



tamanhos dos logotipos e textos, para serem aplicados sobre o fundo branco da placa.

1.4. Produção:

A produção da placa será através dos processos de pintura, serigrafia ou adesivagem (recorte eletrônico) em placa de metal. Se for usado o processo de pintura em chapa galvanizada, indica-se utilizar a tinta esmalte sintético suvinil ou similar de primeira qualidade.

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E CONSIDERAÇÕES DO EXECUTIVO

Este tipo de pavimento, como é definido na Norma NBR 7583 - Execução de pavimentos de concreto simples por meio mecânico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): "é o pavimento de concreto de cimento portland no qual as tensões sollicitantes são combatidas tão somente pelo próprio concreto e que não contém nenhum tipo de armadura distribuída, não se considerando como tal, eventuais sistemas de ligação ou de transferência de carga entre as placas formadas pelas juntas longitudinais e transversais, nem armaduras de retração, também eventualmente exigidas pelo projeto aplicadas em poucas placas isoladas de forma, tamanho ou função inusuais". O presente projeto de pavimentação rígida de concreto simples, visa possibilitar ao erário a pavimentação de vias de periferia ou de interior de bairros preponderantemente residenciais, com baixíssimo fluxo de trânsito de

veículos de carga, com solução de pavimento de maior vida útil e menor custo de manutenção efetiva ao longo do tempo. A pavimentação rígida de concreto simples, sobre sub-leito pré-existente, com utilização de base granular sob o leito do pavimento, atende as necessidades imediatas de tráfego dos locais de intervenção, tendo como premissa básico do projeto, o tráfego leve do trecho, e quando comparadas a outras possíveis soluções de engenharia de pavimentação, apresenta melhor desempenho econômico conforme a atualidade. Conforme a literatura, algumas recomendações são ponderadas pelo executivo, levando em consideração o princípio da economicidade, dando prioridade aos serviços de implantação imediata, em conformidade com o melhor desempenho da obra.

3. FUNDAÇÃO

O pavimento de concreto será alocado sobre o subleito consolidado, após a regularização em camada não inferior a 10cm e/ou superior a 20cm. A finalidade da regularização do sub-leito, é a melhor adequação do greide do pavimento a realidade topográfica encontrada "in-loco", evitando desta forma, que o greide do novo pavimento, ultrapasse exageradamente o atual, mitigando riscos de extravasão das sarjetas de drenagem superficial. O sub-leito deverá ser regularizado mecanicamente, com uso de motoniveladora, e compactado com uso de rolo pé de carneiro, seguindo a prescrição normativa de umidade ótima de compactação dos solos predominantemente argilosos. O destino do material excedente ou "bota fora" deverá ser informado pela secretaria de obras municipal, não excedendo o estipulado em orçamento para DMT (5,00KM).

4. BRITA GRADUADA SIMPLES – BASE GRANULAR

Sobreposta ao subleito devidamente regularizado e compactado será executada camada em brita graduada simples (BGS), seguindo obrigatoriamente

as prescrições granulométricas preconizadas na norma DNIT 047/2004 - ES (Pavimento rígido - Execução de pavimento rígido com equipamento de pequeno porte), sendo também regularizada e compactada, com espessura média de 7,00cm nos casos de concreto aplicado sobre pavimentação de pedras poliédricas e nunca inferior a 10,00cm nos casos de concreto aplicado sobre sub-leito compactado.

Nos casos onde for executado PCS (pavimento de concreto simples) sobre pavimentação de pedras poliédricas, a base será regularizada e compactada

diretamente sobre as pedras existentes. Esta camada tem como objetivo principal uniformizar os esforços direcionados ao subleito bem como contribuir com a microdrenagem sob o pavimento. Sobre esta camada de base deverá ser alocada lona preta comum, de espessura compatível com a função e resistência necessárias (200 micra), cujo objetivo é evitar a perda de água de amassamento do concreto.

5. ORÇAMENTO(referência)

Todos os trechos constantes no projeto, foram orçados conforme o manual de metodologias e métodos do SICRO (caderdo de pavimentação). O custo da

composição de produção do concreto, foi elaborado tomando como base a premissa de metodologia do SICRO (aquisição + transporte), sendo avaliados os custos referenciais e alinhados conforme os valores da região, adequando o orçamento para a realidade da obra, respeitando o princípio da economicidade e utilizando dados que menos onerem o erário. As CPU's da produção de concreto e da execução do pavimento, se encontram em anexo ao edital. As DMT's utilizadas se encontram em anexo ao edital.

DMT (agregado – areia): 211,00km;

DMT (agregado – brita 1): 24,20km;

DMT (cimento): 490,00km (capital – fonte produtora do insumo);

DMT (aditivos): 490,00km (capital – fonte produtora do insumo);

6. PLACAS DE CONCRETO

Todos os trechos constantes no projeto, devem ter o planejamento de execução, pensado de maneira que os trabalhos não sejam interrompidos por

mais de 30 minutos, sendo vedada a construção de juntas para continuidade de trabalhos em dia posterior. Em casos de extrema necessidade, onde ocorram juntas de construção, por superveniência de fatos, devidamente documentado e justificado pelo executor, estas devem coincidir obrigatoriamente com uma junta de retração. O concreto de cimento Portland consistirá de mistura homogênea, composta por agregados (grãos e miúdos), cimento, aditivos e água, devidamente dosados em central e misturados em caminhão betoneira. A camada de concreto deve ser espalhada, adensada e regularizada. Sobre a



base compactada, a mistura será espalhada de modo a apresentar, quando conformada, a espessura mínima de 15cm (ou o que for apresentado em detalhe específico do projeto) em toda a largura e extensão dos trechos construídos. O concreto a ser utilizado deve atender aos requisitos estabelecidos na normativa do DNIT 054/2004 - PRO (Pavimento rígido - Estudos de traços e ensaios de caracterização de materiais), assim como deve ser ensaiado com antecedência mínima de 30 dias ao início da execução dos serviços para que se verifique, por meio de ensaios, a resistência aos 28 dias (idade de controle especificada) da mistura. O responsável pela execução do objeto, deverá apresentar ao fiscal do contrato, os resultados dos ensaios e o traço utilizado na mistura, na forma de laudo, anterior ao início da obra. Por opção, o executor do contrato, pode apresentar laudo pré-existente de mistura, que atenda ao estabelecido, juntamente com laudo de rompimento de corpos de prova e as resistências atingidas, sob responsabilidade própria de atendimento das resistências exigidas no projeto. O processo de construção dos pavimentos deverá atender às recomendações da norma DNIT 047/2004 - ES (Pavimento rígido - Execução de pavimento rígido com equipamento de pequeno porte) assim como demais normativas correlatas prescritas pelo DAER-RS e Prefeitura Municipal. A composição (traço) do concreto destinado à execução de pavimentos rígidos deverá ser determinada por método racional, conforme requisitos especificados nas normas NBR 12655 e NBR 12821, de modo a obter-se com os materiais disponíveis na região uma mistura fresca de trabalhabilidade adequada ao processo construtivo empregado e, simultaneamente, um produto endurecido compacto e durável, de baixa permeabilidade (alta densidade), e que satisfaça às condições de resistência mecânica e acabamento superficial impostas pela especificação, no caso, resistência à tração na flexão, F_{ctm} , $k = 4,50\text{MPa}$. Os tipos de cimento Portland considerados adequados à pavimentação de concreto simples devem seguir as especificações da NBR 16697. Preferencialmente, devem ser utilizados cimentos com módulos de finura menores (Blaine), que normalmente são os do tipo CP-II. Os agregados, água, aditivos e aço deverão seguir os requisitos do item 5 da norma do DNIT 047 e o recebimento e armazenamento na obra deverá ser feito conforme recomendado nas normas DNIT 050 - EM e DNER-EM 037. O concreto do pavimento deverá atender aos requisitos seguintes:

Resistência característica à tração na flexão, F_{ctm} , $k = 4,50\text{MPa}$, determinada em corpos de prova prismáticos, moldados e ensaiados conforme os requisitos e procedimentos constantes na norma NBR 12.142;

Consumo mínimo de cimento de: $C_{min} \geq 350\text{Kg/m}^3$;

Relação água / cimento máxima: $A/C \leq 0,50 \text{ l/Kg}$;

Abatimento, determinado conforme a norma NBR 7223: $120\text{mm} \pm 10\text{mm}$.

Poderá ser ajustado conforme equipamentos a serem utilizados na execução do pavimento;

A dimensão máxima característica do agregado no concreto não deverá exceder 1/3 da espessura da placa do pavimento ou 50mm, obedecido o

menor valor;

Teor de ar incorporado, conforme a norma NBR NM 47: $\leq 0,5\%$;

Exsudação, medida conforme a norma NBR NM 102: $\leq 1,5\%$;

Teor de argamassa entre 47% e 53%.

Para a execução do pavimento rígido deverá ser utilizado equipamento compatível com as características da obra e necessidade de produtividade para a situação em questão. Esses equipamentos estão descritos e especificados na norma DNIT 047/2004 - ES e podem ser do tipo régua, trelça ou rolo vibratório. Além do equipamento principal de espalhamento do concreto, a empresa construtora fará uso dos seguintes equipamentos complementares para a correta execução do pavimento:

Formas metálicas (ou de madeira) de contenção lateral do concreto em quantidade suficiente para 2 dias de produção;

Bomba de pulverização costal manual (mínimo duas);

Plataforma de apoio ou ponte de serviço, caso seja necessária: Aplicável para eventuais acabamentos do concreto após a passagem do equipamento de espalhamento. Normalmente fabrica-se este equipamento na obra, prevendo-se possíveis mudanças de larguras;

Serras de disco diamantado, autopropelidas (corta e anda) em quantidade suficiente para atendimento à demanda de cortes (mínimo duas);

Sistema de iluminação auxiliar. Dependendo do planejamento da obra, parte dos cortes das juntas pode vir a ser executado a noite gerando a

necessidade de mobilização de um sistema de iluminação eficiente na frente de trabalho;

Lona plástica, para proteção do concreto fresco em fase de pega (caso chova);

Desempenadeira metálica de cabo longo - Float manual (mínimo dois);

Elementos para texturização: Vassoura de piaçava, pente metálico, desempenadeira autopropelida ou outro. O padrão da texturização deve ser definido anteriormente ao início da execução, de preferência a partir de teste em campo;

Rodo de corte de seção retangular (mínimo 3m) de cabo longo;

Réguas de alumínio de comprimento $\geq 3\text{m}$ com seção retangular, para aferição do nivelamento da superfície acabada (mínimo três);

Ferramentas manuais de pedreiro e armador (pás, enxadas, turquesas, etc) em quantidade suficiente para o bom andamento da obra;

Vibradores de imersão (motor a gasolina), diâmetro $> 50\text{mm}$ (mínimo dois).

7. GUIAS MEIO-FIO, SARJETAS E PREPARO DA PISTA DE CONCRETAGEM

Os trechos contemplam a execução de guias meio-fio e sarjetamento em concreto extrusado e canaletas tipo meia cana como dispositivo de drenagem,

tendo este como destino final, uma caixa de alvenaria existente que tem função de distribuição das águas pluviais pela rede



existente. As guias, terão também a função de “formas”, delimitando a locação do pavimento, devendo obrigatoriamente obedecer o constante em projeto. Para o perfeito alinhamento, o topo das sarjetas deverá coincidir com a superfície de rolamento prevista, fazendo-se necessária a verificação do alinhamento e do nivelamento, não sendo admitidos desvios altimétricos ou diferenças planialtimétricas.

8. COLOCAÇÃO DE ARMADURA

O projeto não contempla a utilização de barras de transferência de carga, tendo desta forma tem a transferência de cargas entre as placas, sendo realizada

unicamente pela entrosagem dos agregados, o que exige do projeto, a utilização de placas curtas, comumente usado no Brasil, a ordem de 5,00 a 6,00 metros de comprimento, sendo neste caso, utilizado em projeto o padrão de juntas nunca superior a (21x) a espessura do pavimento, neste caso normalmente juntas de aproximadamente 2,20m.

9. MISTURA, TRANSPORTE, LANÇAMENTO e ESPALHAMENTO DO CONCRETO

O serviço consiste na execução de pavimento rígido de concreto simples de cimento Portland utilizando equipamento de pequeno porte. Embasamento:

DNIT ES 047/2004: Pavimento rígido - Execução de pavimento rígido com equipamento de pequeno porte;

IPR 714/2005: Manual de pavimentos rígidos - 2ª edição.

Metodologia Executiva:

Dosagem do concreto em central;

Mistura e lançamento do concreto por meio de caminhão betoneira;

Espalhamento do concreto pela mão de obra;

Adensamento do concreto por meio de vibradores de imersão e régua vibratória;

Acabamento da superfície e/ou execução de ranhuras pela mão de obra;

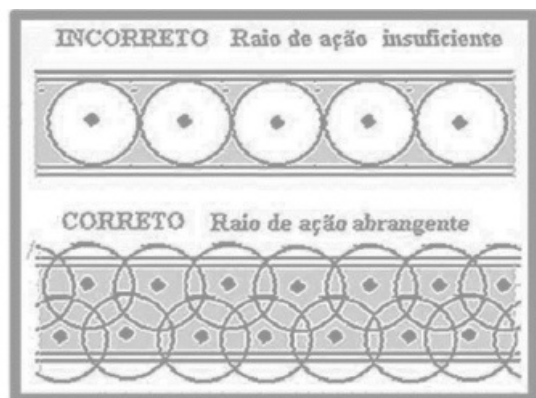
Aplicação manual do aditivo de cura para concreto.

O concreto deverá ser dosado em central, com o atendimento integral das condições estipuladas na norma NBR 7212. O transporte e a mistura será feito

em caminhões betoneira (DMT média = 3,00Km) preparados para este fim. O período máximo entre a mistura (a partir da adição da água) e o lançamento do concreto será de 90 (noventa) minutos quando da utilização de caminhões betoneira, sendo proibida a re-dosagem sob qualquer forma. O responsável pela dosagem, pode por critério devidamente justificado, utilizar aditivos retardadores de pega, em conformidade com a execução e transporte, desde que, fornecido laudo ao fiscal do contrato, detalhando todo procedimento executado. O espalhamento do concreto pode ser feito com auxílio de ferramentas manuais (pás, enxadas, etc) ou executado de forma mecanizada (escavadeira de pequeno porte, etc) porém, qualquer que seja o processo utilizado, deve-se garantir uma distribuição homogênea de modo a regularizar a camada na espessura a ser adensada. A pavimentação poderá ser realizada por faixas ou em toda a largura da via (mais indicado), numa única vez, de acordo com a logística de uso das vias e atendimento em relação ao fornecimento do concreto para a obra. Em ambas as situações, a junta serrada prevista deve coincidir com a junta longitudinal.

10. ADENSAMENTO E CONFORMAÇÃO DO CONCRETO

O equipamento para execução do pavimento de concreto será, preferencialmente, de pequeno porte do tipo régua, treliça ou rolo vibratório. Além do adensamento superficial, proporcionado pelo equipamento vibratório de espalhamento, deverá ser realizado adensamento com vibradores de imersão em toda a largura e espessura concretadas.



A verificação da regularidade longitudinal da superfície deverá ser feita por meio de uma régua de alumínio com mais de 3m de comprimento. Qualquer

variação na superfície, superior a 5 mm, seja uma depressão ou uma saliência, deverá ser corrigida de imediato.

11. ACABAMENTO

O acabamento final do concreto deverá ser realizado, primeiramente, por meio da utilização do rodo de corte (para retirada de irregularidades na superfície) e, na sequência com a utilização do float manual (desempenadeira de cabo longo) para o desempenho final do pavimento e/ou desempenadeira autopropelida, conforme padrão de acabamento definido e orçado na composição de custos. Estes serviços devem ser executados imediatamente após o adensamento do concreto. É realizado também o uso de acabadoras/alisadoras de superfície do tipo “bailarina” para obtenção de melhor resultado superficial,



atentando-se, contudo, para o manutenção de característica mínima de rugosidade que atenda às necessidades de segurança viária.

12. CURA DO CONCRETO

Deve ser empregada a cura química, com produto a base PVA, polipropileno ou parafina, com pigmentação branca, que obedeça aos requisitos descritos na norma ASTM-C 309. O produto deve ser aplicando em toda a superfície do pavimento na razão aproximada de 0,60 a 1,00 l/m² (conforme indicação do fabricante) visando a formação de película plástica, cujo objetivo é impedir a perda de água de amassamento do concreto para o ambiente. Este serviço deve ser executado por meio de aspersão imediatamente após a execução do acabamento (se for este o caso) na superfície do pavimento de concreto. Caso as condições climáticas apresentem-se muito exacerbadas (muito calor ou vento) deve-se proceder com cura úmida adicional no período de 7 dias, espalhando-se mantas de geotêxtil umidificadas sobre o pavimento recém executado. As mantas devem ser mantidas úmidas durante todo o período de cura. A idade de controle especificada para o concreto, neste projeto, é de 28 dias, o que remeteria a este prazo para liberação do tráfego. Contudo, em função da característica das curvas de ganho de resistência dos cimentos atualmente comercializados, normalmente, pode-se atingir num prazo de 7 dias algo na ordem de 70 a 80% da resistência de projeto, parâmetro que possibilitaria a liberação do tráfego considerado.

13. CORTES e JUNTAS

As juntas deverão obedecer a paginação do projeto, sendo autorizada sua variação, observando o constante nos detalhes construtivos e especificações, sob responsabilidade do executor. Devem ser serradas no primeiro momento possível após a pega do concreto, momento no qual o concreto jovem já se encontra endurecido e é possível apoiar o equipamento de corte sem provocar depressões no concreto. Esse momento específico vai depender das condições climáticas, do concreto e diversos outros fatores. Na grande maioria dos casos, ele se dá por volta de 6-12h após a concretagem. A profundidade do corte será de 1/3 da espessura da placa (4cm neste projeto) e sua largura será de 3,0mm. Ao fim de cada jornada de trabalho, ou sempre que a concretagem tiver de ser interrompida por mais de 30 minutos, deverá ser executada uma junta de construção cuja posição deve coincidir com a de uma junta transversal indicada no projeto.

14. CONTROLE TECNOLÓGICO EM CAMPO

Na inspeção em campo do concreto deverá ser determinada a resistência a tração na flexão ($F_{ctm,k}$) na idade de controle de 28 dias, ou então a resistência a compressão axial (F_{ck}) desde que tenha sido estabelecida, através de ensaios prévios, para o concreto em questão, correlação confiável entre $F_{ctm,k}$ e F_{ck} . A Norma DNIT 047/2004 (Pavimento Rígido – Execução com equipamento de pequeno porte) estabelece que o lote mínimo para adequada inspeção de um pavimento rígido será de 2.500m², sendo que para cada lote de inspeção deverão ser moldados aleatoriamente, e de amassadas diferentes, no mínimo 6 exemplares de corpos de prova sendo no mínimo cada exemplar composto por 2 corpos de prova prismáticos e/ou cilíndricos. Visando um controle mais eficiente, e adequado à produtividade esperada para a obra em questão recomenda-se, neste projeto, a inspeção por meio da moldagem de 1 exemplar (2 corpos de prova) a cada 50m³ de concreto executado, assim como, mapa de concretagem, com a devida identificação dos corpos de prova por trecho, contendo nota fiscal de transporte e/ou "ticket" do volume. Os corpos de prova deverão ser ensaiados na idade de controle do projeto (28 dias) sendo a resistência a tração na flexão determinada nos corpos de prova prismáticos conforme NBR 12.142 e, a resistência a compressão axial (se for o caso), nos corpos de prova cilíndricos de acordo com a NBR 5739. Dos dois resultados obtidos para cada exemplar será considerada a resistência de maior valor, sendo esta considerada como a resistência do exemplar. Os resultados dos exemplares, assim como o mapa de concretagem, devem ser entregues fisicamente ao fiscal do contrato, sendo vedada a emissão de termo de recebimento provisório e definitivo da obra, sem a devida comprovação do controle tecnológico de campo realizada pela empresa responsável pela execução do objeto.

15. DRENAGEM

Todos os trechos de obras de pavimentação sujeitos a serviços de drenagem, tiveram como base de projeto, os dados encontrados nos mapas históricos municipais de implantação de redes pluviais, única fonte de dados fornecida pela SEMPID, e também levantamentos realizados "in-loco". As obras de drenagem nos trechos constantes em projeto, tiveram sua implantação realizada com base no princípio da economicidade, ou seja, fazendo uso das redes e caixas já existentes no sistema público de drenagem, o que pode acarretar em superveniências no decorrer das obras, as quais deverão sempre ser encaminhadas ao fiscal do contrato para que sejam tomadas as devidas providências para a melhor empregabilidade das soluções de engenharia e investimento público.

16. LIMPEZA DA OBRA

Após o término dos serviços, deverá ser executada a retirada de todos os materiais oriundos de escavação, recortes ou sobras, sendo que este material será removido do local. O recebimento da obra será realizada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga/RS, após todos os serviços contratados serem realizados.

02 de Junho de 2026, São Luiz Gonzaga/RS

Prefeito Municipal
José Antônio Flach Werle

Eng. Civil Gabriel Adams Domingues
CREA/RS 247738



FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, GLOBAL nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, alínea a, artigo 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de **pavimentação com concreto usinado**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e transporte necessários para a execução completa dos serviços, visando garantir durabilidade, resistência e qualidade na infraestrutura viária urbana e rural.

O concreto usinado será fornecido por usina de concreto devidamente regularizada, com controle tecnológico de qualidade, atendendo às normas técnicas da ABNT, especialmente as relacionadas ao preparo, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto.

A pavimentação com concreto usinado apresenta maior vida útil quando comparada a outros tipos de pavimentação, reduzindo custos com manutenção, sendo indicada para vias com tráfego intenso, áreas urbanas, pátios, acessos, estacionamentos, calçadas, sarjetas e demais locais que necessitem de alta resistência mecânica.

A solução não contempla outra alternativa em escala senão a contratação de empresa especializada na execução de obra de engenharia para pavimentação em concreto usinado em via urbana do Município de São Luiz Gonzaga -RS.

As especificações da forma e realização do serviço e obrigações da futura contratada estão devidamente descritas no item 03 deste ETP - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

A opção pela execução indireta decorre da análise técnica e econômica realizada no item anterior, que concluiu pela inviabilidade das demais alternativas estudadas, já a execução direta pela administração, notadamente em razão da falta de estrutura de pessoal.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no contrato.

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios consagrados no caput do art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução indireta apresenta-se como a alternativa que melhor atende ao interesse público, garantindo autonomia operacional, disponibilidade imediata dos equipamentos, previsibilidade de custos e maior controle sobre a manutenção. Tais fatores são essenciais para melhoria da trafegabilidade dos moradores do local. As obras e serviços serão executados de acordo com as normas técnicas vigentes e boas práticas de engenharia, observados o projeto, memorial descritivo, planilhas de quantitativos e especificações dos materiais, a fim de garantir segurança, durabilidade e funcionalidade da via.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A pavimentação em concreto usinado possui natureza de OBRA COMUM por estabelecer as especificações técnicas padronizáveis em termos de desempenho e qualidade neste ETP, no TR e no memorial descritivo. Descrevendo materiais, equipamentos e métodos construtivos usuais e para as quais exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional.

PARA TANTO A CONTRATAÇÃO SE DARÁ NA MODALIDADE DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA, com base no artigo 6º, inciso XXXVIII da Lei 14.133/2021.

1- PECULIARIDADES DA OBRA:

CARACTERÍSTICAS:

Pavimentação com concreto usinado;

Na seguinte rua:



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

Rua Percy Homero Comparsi, Área Industrial.

A licitação visará a contratação de empresa para a execução global, sem a possibilidade de sub-contratação, de pavimentação urbana em concreto simples, este tipo de pavimento, como é definido na Norma NBR 7583 - Execução de pavimentos de concreto simples por meio mecânico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): "é o pavimento de concreto de cimento portland no qual as tensões solicitantes são combatidas tão somente pelo próprio concreto e que não contém nenhum tipo de armadura distribuída, não se considerando como tal, eventuais sistemas de ligação ou de transferência de carga entre as placas formadas pelas juntas longitudinais e transversais, nem armaduras de retração, também eventualmente exigidas pelo projeto e aplicadas em poucas placas isoladas de forma, tamanho ou função inusuais".

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO SIMPLES – PCS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA.

LOCAL DE INTERVENÇÃO: Rua Percy Homero Comparti – Área Industrial.

Total = 01 Trecho

PLACA DE OBRA - MÓVEL

PLACA DE DIVULGAÇÃO DO SETOR PÚBLICO (modelo anexo)

1.1. Formato:

Placas externas devem medir 3,00 m de largura por 1,50 m de altura, para que tenha a garantia de visibilidade de quem estiver circulando em veículo automotor.

1.2. Material:

As placas devem ser produzidas em chapa metálica galvanizada 20, tratada com "Kromik Metal Primer 74", virada nas bordas ou aparafusada sobre uma moldura de madeira ou metalon resistente às intempéries.

1.3. Cores:

Nos layouts anexos, estão todas as especificações de cores nas escalas CMYK e pantone, bem como os tipos de fontes, tamanhos dos logotipos e textos, para serem aplicados sobre o fundo branco da placa.

1.4. Produção:

A produção da placa será através dos processos de pintura, serigrafia ou adesivagem (recorte eletrônico) em placa de metal. Se for usado o processo de pintura em chapa galvanizada, indica-se utilizar a tinta esmalte sintético suvinil ou similar de primeira qualidade.

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E CONSIDERAÇÕES DO EXECUTIVO

Este tipo de pavimento, como é definido na Norma NBR 7583 - Execução de pavimentos de concreto simples por meio mecânico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): "é o pavimento de concreto de cimento portland no qual as tensões solicitantes são combatidas tão somente pelo próprio concreto e que não contém nenhum tipo de armadura distribuída, não se considerando como tal, eventuais sistemas de ligação ou de transferência de carga entre as placas formadas pelas juntas longitudinais e transversais, nem armaduras de retração, também eventualmente exigidas pelo projeto aplicadas em poucas placas isoladas de forma, tamanho ou função inusuais". O presente projeto de pavimentação rígida de concreto simples, visa possibilitar ao erário a pavimentação de vias de periferia ou de interior de bairros preponderantemente residenciais, com baixíssimo fluxo de trânsito de

veículos de carga, com solução de pavimento de maior vida útil e menor custo de manutenção efetiva ao longo do tempo. A pavimentação rígida de concreto simples, sobre sub-leito pré-existente, com utilização de base granular sob o leito do pavimento, atende as necessidades imediatas de tráfego dos locais de intervenção, tendo como premissa básico do projeto, o tráfego leve do trecho, e quando comparadas a outras possíveis soluções de engenharia de pavimentação, apresenta melhor desempenho econômico conforme a atualidade. Conforme a literatura, algumas recomendações são ponderadas pelo executivo, levando em consideração o princípio da economicidade, dando prioridade aos serviços de implantação imediata, em conformidade com o melhor desempenho da obra.

3. FUNDAÇÃO

O pavimento de concreto será alocado sobre o subleito consolidado, após a regularização em camada não inferior a 10cm e/ou superior a 20cm. A finalidade da regularização do sub-leito, é a melhor adequação do greide do pavimento a realidade topográfica encontrada "in-loco", evitando desta forma, que o greide do novo pavimento, ultrapasse exageradamente o atual, mitigando riscos de extravasão das sarjetas de drenagem superficial. O sub-leito deverá ser regularizado mecanicamente, com uso de motoniveladora, e compactado com uso de rolo pé de carneiro, seguindo a prescrição normativa de umidade ótima de compactação dos solos predominantemente argilosos. O destino do material excedente ou "bota fora" deverá ser informado pela secretaria de obras municipal, não excedendo o estipulado em orçamento para DMT (5,00KM).

4. BRITA GRADUADA SIMPLES – BASE GRANULAR

Sobreposta ao subleito devidamente regularizado e compactado será executada camada em brita graduada simples (BGS), seguindo obrigatoriamente

as prescrições granulométricas preconizadas na norma DNIT 047/2004 - ES (Pavimento rígido - Execução de pavimento rígido com equipamento de pequeno porte), sendo também regularizada e compactada, com espessura média de 7,00cm nos casos de concreto aplicado sobre pavimentação de pedras poliédricas e nunca inferior a 10,00cm nos casos de concreto aplicado sobre sub-leito compactado.



Nos casos onde for executado PCS (pavimento de concreto simples) sobre pavimentação de pedras poliédricas, a base será regularizada e compactada

diretamente sobre as pedras existentes. Esta camada tem como objetivo principal uniformizar os esforços direcionados ao subleito bem como contribuir com a microdrenagem sob o pavimento. Sobre esta camada de base deverá ser alocada lona preta comum, de espessura compatível com a função e resistência necessárias (200 micra), cujo objetivo é evitar a perda de água de amassamento do concreto.

5. ORÇAMENTO(referência)

Todos os trechos constantes no projeto, foram orçados conforme o manual de metodologias e métodos do SICRO (caderdo de pavimentação). O custo da

composição de produção do concreto, foi elaborado tomando como base a premissa de metodologia do SICRO (aquisição + transporte), sendo avaliados os custos referenciais e alinhados conforme os valores da região, adequando o orçamento para a realidade da obra, respeitando o princípio da economicidade e utilizando dados que menos onerem o erário. As CPU's da produção de concreto e da execução do pavimento, se encontram em anexo ao edital. As DMT's utilizadas se encontram em anexo ao edital.

DMT (agregado – areia): 211,00km;

DMT (agregado – brita 1): 24,20km;

DMT (cimento): 490,00km (capital – fonte produtora do insumo);

DMT (aditivos): 490,00km (capital – fonte produtora do insumo);

6. PLACAS DE CONCRETO

Todos os trechos constantes no projeto, devem ter o planejamento de execução, pensado de maneira que os trabalhos não sejam interrompidos por

mais de 30 minutos, sendo vedada a construção de juntas para continuidade de trabalhos em dia posterior. Em casos de extrema necessidade, onde ocorram juntas de construção, por superveniência de fatos, devidamente documentado e justificado pelo executor, estas devem coincidir obrigatoriamente com uma junta de retração. O concreto de cimento Portland consistirá de mistura homogênea, composta por agregados (grãos e miúdos), cimento, aditivos e água, devidamente dosados em central e misturados em caminhão betoneira. A camada de concreto deve ser espalhada, adensada e regularizada. Sobre a base compactada, a mistura será espalhada de modo a apresentar, quando conformada, a espessura mínima de 15cm (ou o que for apresentado em detalhe específico do projeto) em toda a largura e extensão dos trechos construídos. O concreto a ser utilizado deve atender aos requisitos estabelecidos na normativa do DNIT 054/2004 - PRO (Pavimento rígido - Estudos de traços e ensaios de caracterização de materiais), assim como deve ser ensaiado com antecedência mínima de 30 dias ao início da execução dos serviços para que se verifique, por meio de ensaios, a resistência aos 28 dias (idade de controle especificada) da mistura. O responsável pela execução do objeto, deverá apresentar ao fiscal do contrato, os resultados dos ensaios e o traço utilizado na mistura, na forma de laudo, anterior ao início da obra. Por opção, o executor do contrato, pode apresentar laudo pré-existente de mistura, que atenda ao estabelecido, juntamente com laudo de rompimento de corpos de prova e as resistências atingidas, sob responsabilidade própria de atendimento das resistências exigidas no projeto. O processo de construção dos pavimentos deverá atender às recomendações da norma DNIT 047/2004 - ES (Pavimento rígido - Execução de pavimento rígido com equipamento de pequeno porte) assim como demais normativas correlatas prescritas pelo DAER-RS e Prefeitura Municipal. A composição (traço) do concreto destinado à execução de pavimentos rígidos deverá ser determinada por método racional, conforme requisitos especificados nas normas NBR 12655 e NBR 12821, de modo a obter-se com os materiais disponíveis na região uma mistura fresca de trabalhabilidade adequada ao processo construtivo empregado e, simultaneamente, um produto endurecido compacto e durável, de baixa permeabilidade (alta densidade), e que satisfaça às condições de resistência mecânica e acabamento superficial impostas pela especificação, no caso, resistência à tração na flexão, F_{ctm} , $k = 4,50\text{MPa}$. Os tipos de cimento Portland considerados adequados à pavimentação de concreto simples devem seguir as especificações da NBR 16697. Preferencialmente, devem ser utilizados cimentos com módulos de finura menores (Blaine), que normalmente são os do tipo CP-II. Os agregados, água, aditivos e aço deverão seguir os requisitos do item 5 da norma do DNIT 047 e o recebimento e armazenamento na obra deverá ser feito conforme recomendado nas normas DNIT 050 - EM e DNER-EM 037. O concreto do pavimento deverá atender aos requisitos seguintes:

Resistência característica à tração na flexão, F_{ctm} , $k = 4,50\text{MPa}$, determinada em corpos de prova prismáticos, moldados e ensaiados conforme os requisitos e procedimentos constantes na norma NBR 12.142;

Consumo mínimo de cimento de: $C_{min} \geq 350\text{Kg/m}^3$;

Relação água / cimento máxima: $A/C \leq 0,50 \text{ l/Kg}$;

Abatimento, determinado conforme a norma NBR 7223: $120\text{mm} \pm 10\text{mm}$.

Poderá ser ajustado conforme equipamentos a serem utilizados na execução do pavimento;

A dimensão máxima característica do agregado no concreto não deverá exceder 1/3 da espessura da placa do pavimento ou 50mm, obedecido o

menor valor;

Teor de ar incorporado, conforme a norma NBR NM 47: $\leq 0,5\%$;

Exsudação, medida conforme a norma NBR NM 102: $\leq 1,5\%$;

Teor de argamassa entre 47% e 53%.

Para a execução do pavimento rígido deverá ser utilizado equipamento compatível com as características da obra e necessidade de produtividade para a situação em questão. Esses equipamentos estão descritos e especificados na norma



DNIT 047/2004 - ES e podem ser do tipo régua, treliça ou rolo vibratório. Além do equipamento principal de espalhamento do concreto, a empresa construtora fará uso dos seguintes equipamentos complementares para a correta execução do pavimento:

- Formas metálicas (ou de madeira) de contenção lateral do concreto em quantidade suficiente para 2 dias de produção;
- Bomba de pulverização costal manual (mínimo duas);
- Plataforma de apoio ou ponte de serviço, caso seja necessária: Aplicável para eventuais acabamentos do concreto após a passagem do equipamento de espalhamento. Normalmente fabrica-se este equipamento na obra, prevendo-se possíveis mudanças de larguras;
- Serras de disco diamantado, autopropelidas (corta e anda) em quantidade suficiente para atendimento à demanda de cortes (mínimo duas);
- Sistema de iluminação auxiliar. Dependendo do planejamento da obra, parte dos cortes das juntas pode vir a ser executado a noite gerando a necessidade de mobilização de um sistema de iluminação eficiente na frente de trabalho;
- Lona plástica, para proteção do concreto fresco em fase de pega (caso chova);
- Desempenadeira metálica de cabo longo - Float manual (mínimo dois);
- Elementos para texturização: Vassoura de piaçava, pente metálico, desempenadeira autopropelida ou outro. O padrão da texturização deve ser definido anteriormente ao início da execução, de preferência a partir de teste em campo;
- Rodo de corte de seção retangular (mínimo 3m) de cabo longo;
- Réguas de alumínio de comprimento $\geq 3m$ com seção retangular, para aferição do nivelamento da superfície acabada (mínimo três);
- Ferramentas manuais de pedreiro e armador (pás, enxadas, turquesas, etc) em quantidade suficiente para o bom andamento da obra;
- Vibradores de imersão (motor a gasolina), diâmetro $> 50mm$ (mínimo dois).

7. GUIAS MEIO-FIO, SARJETAS E PREPARO DA PISTA DE CONCRETAGEM

Os trechos contemplam a execução de guias meio-fio e sarjetamento em concreto extrusado e canaletas tipo meia cana como dispositivo de drenagem, tendo este como destino final, uma caixa de alvenaria existente que tem função de distribuição das águas pluviais pela rede existente. As guias, terão também a função de "formas", delimitando a locação do pavimento, devendo obrigatoriamente obedecer o constante em projeto. Para o perfeito alinhamento, o topo das sarjetas deverá coincidir com a superfície de rolamento prevista, fazendo-se necessária a verificação do alinhamento e do nivelamento, não sendo admitidos desvios altimétricos ou diferenças planialtimétricas.

8. COLOCAÇÃO DE ARMADURA

O projeto não contempla a utilização de barras de transferência de carga, tendo desta forma tem a transferência de cargas entre as placas, sendo realizada unicamente pela entrosagem dos agregados, o que exige do projeto, a utilização de placas curtas, comumente usado no Brasil, a ordem de 5,00 a 6,00 metros de comprimento, sendo neste caso, utilizado em projeto o padrão de juntas nunca superior a (21x) a espessura do pavimento, neste caso normalmente juntas de aproximadamente 2,20m.

9. MISTURA, TRANSPORTE, LANÇAMENTO e ESPALHAMENTO DO CONCRETO

O serviço consiste na execução de pavimento rígido de concreto simples de cimento Portland utilizando equipamento de pequeno porte. Embasamento:

DNIT ES 047/2004: Pavimento rígido - Execução de pavimento rígido com equipamento de pequeno porte;

IPR 714/2005: Manual de pavimentos rígidos - 2ª edição.

Metodologia Executiva:

Dosagem do concreto em central;

Mistura e lançamento do concreto por meio de caminhão betoneira;

Espalhamento do concreto pela mão de obra;

Adensamento do concreto por meio de vibradores de imersão e régua vibratória;

Acabamento da superfície e/ou execução de ranhuras pela mão de obra;

Aplicação manual do aditivo de cura para concreto.

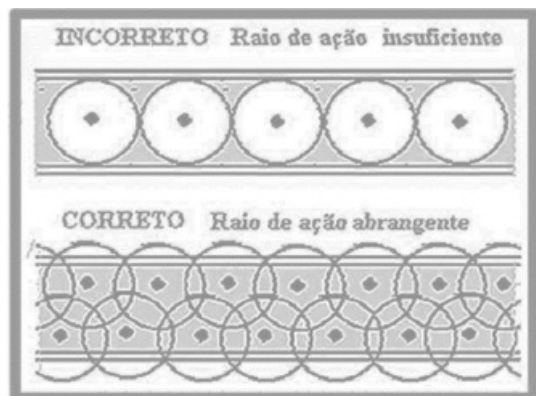
O concreto deverá ser dosado em central, com o atendimento integral das condições estipuladas na norma NBR 7212. O transporte e a mistura será feito

em caminhões betoneira (DMT média = 3,00Km) preparados para este fim. O período máximo entre a mistura (a partir da adição da água) e o lançamento do concreto será de 90 (noventa) minutos quando da utilização de caminhões betoneira, sendo proibida a re-dosagem sob qualquer forma. O responsável pela dosagem, pode por critério devidamente justificado, utilizar aditivos retardadores de pega, em conformidade com a execução e transporte, desde que, fornecido laudo ao fiscal do contrato, detalhando todo procedimento executado. O espalhamento do concreto pode ser feito com auxílio de ferramentas manuais (pás, enxadas, etc) ou executado de forma mecanizada (escavadeira de pequeno porte, etc) porém, qualquer que seja o processo utilizado, deve-se garantir uma distribuição homogênea de modo a regularizar a camada na espessura a ser adensada. A pavimentação poderá ser realizada por faixas ou em toda a largura da via (mais indicado), numa única vez, de acordo com a logística de uso das vias e atendimento em relação ao fornecimento do concreto para a obra. Em ambas as situações, a junta serrada prevista deve coincidir com a junta longitudinal.

10. ADENSAMENTO E CONFORMAÇÃO DO CONCRETO

O equipamento para execução do pavimento de concreto será, preferencialmente, de pequeno porte do tipo régua, treliça ou

rolo vibratório. Além do adensamento superficial, proporcionado pelo equipamento vibratório de espalhamento, deverá ser realizado adensamento com vibradores de imersão em toda a largura e espessura concretadas.



A verificação da regularidade longitudinal da superfície deverá ser feita por meio de uma régua de alumínio com mais de 3m de comprimento. Qualquer variação na superfície, superior a 5 mm, seja uma depressão ou uma saliência, deverá ser corrigida de imediato.

11. ACABAMENTO

O acabamento final do concreto deverá ser realizado, primeiramente, por meio da utilização do rodo de corte (para retirada de irregularidades na superfície) e, na sequência com a utilização do float manual (desempenadeira de cabo longo) para o desempenho final do pavimento e/ou desempenadeira autopropeleida, conforme padrão de acabamento definido e orçado na composição de custos. Estes serviços devem ser executados imediatamente após o adensamento do concreto. É realizado também o uso de acabadoras/alisadoras de superfície do tipo "bailarina" para obtenção de melhor resultado superficial, atentando-se, contudo, para o manutenção de característica mínima de rugosidade que atenda às necessidades de segurança viária.

12. CURA DO CONCRETO

Deve ser empregada a cura química, com produto a base PVA, polipropileno ou parafina, com pigmentação branca, que obedeça aos requisitos descritos na norma ASTM-C 309. O produto deve ser aplicando em toda a superfície do pavimento na razão aproximada de 0,60 a 1,00 l/m² (conforme indicação do fabricante) visando a formação de película plástica, cujo objetivo é impedir a perda de água de amassamento do concreto para o ambiente. Este serviço deve ser executado por meio de aspersão imediatamente após a execução do acabamento (se for este o caso) na superfície do pavimento de concreto. Caso as condições climáticas apresentem-se muito exacerbadas (muito calor ou vento) deve-se proceder com cura úmida adicional no período de 7 dias, espalhando-se mantas de geotêxtil umidificadas sobre o pavimento recém executado. As mantas devem ser mantidas úmidas durante todo o período de cura. A idade de controle especificada para o concreto, neste projeto, é de 28 dias, o que remeteria a este prazo para liberação do tráfego. Contudo, em função da característica das curvas de ganho de resistência dos cimentos atualmente comercializados, normalmente, pode-se atingir num prazo de 7 dias algo na ordem de 70 a 80% da resistência de projeto, parâmetro que possibilitaria a liberação do tráfego considerado.

13. CORTES e JUNTAS

As juntas deverão obedecer a paginação do projeto, sendo autorizada sua variação, observando o constante nos detalhes construtivos e especificações, sob responsabilidade do executor. Devem ser serradas no primeiro momento possível após a pega do concreto, momento no qual o concreto jovem já se encontra endurecido e é possível apoiar o equipamento de corte sem provocar depressões no concreto. Esse momento específico vai depender das condições climáticas, do concreto e diversos outros fatores. Na grande maioria dos casos, ele se dá por volta de 6-12h após a concretagem. A profundidade do corte será de 1/3 da espessura da placa (4cm neste projeto) e sua largura será de 3,0mm. Ao fim de cada jornada de trabalho, ou sempre que a concretagem tiver de ser interrompida por mais de 30 minutos, deverá ser executada uma junta de construção cuja posição deve coincidir com a de uma junta transversal indicada no projeto.

14. CONTROLE TECNOLÓGICO EM CAMPO

Na inspeção em campo do concreto deverá ser determinada a resistência a tração na flexão ($F_{ctm,k}$) na idade de controle de 28 dias, ou então a resistência a compressão axial (F_{ck}) desde que tenha sido estabelecida, através de ensaios prévios, para o concreto em questão, correlação confiável entre $F_{ctm,k}$ e F_{ck} . A Norma DNIT 047/2004 (Pavimento Rígido – Execução com equipamento de pequeno porte) estabelece que o lote mínimo para adequada inspeção de um pavimento rígido será de 2.500m², sendo que para cada lote de inspeção deverão ser moldados aleatoriamente, e de amassadas diferentes, no mínimo 6 exemplares de corpos de prova sendo no mínimo cada exemplar composto por 2 corpos de prova prismáticos e/ou cilíndricos. Visando um controle mais eficiente, e adequado à produtividade esperada para a obra em questão recomenda-se, neste projeto, a inspeção por meio da moldagem de 1 exemplar (2 corpos de prova) a cada 50m³ de concreto executado, assim como, mapa de concretagem, com a devida identificação dos corpos de prova por trecho, contendo nota fiscal de transporte e/ou "ticket" do volume. Os corpos de prova deverão ser ensaiados na idade de controle do projeto (28 dias) sendo a



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

resistência a tração na flexão determinada nos corpos de prova prismáticos conforme NBR 12.142 e, a resistência a compressão axial (se for o caso), nos corpos de prova cilíndricos de acordo com a NBR 5739. Dos dois resultados obtidos para cada exemplar será considerada a resistência de maior valor, sendo esta considerada como a resistência do exemplar. Os resultados dos exemplares, assim como o mapa de concretagem, devem ser entregues fisicamente ao fiscal do contrato, sendo vedada a emissão de termo de recebimento provisório e definitivo da obra, sem a devida comprovação do controle tecnológico de campo realizada pela empresa responsável pela execução do objeto.

15. DRENAGEM

Todos os trechos de obras de pavimentação sujeitos a serviços de drenagem, tiveram como base de projeto, os dados encontrados nos mapas históricos municipais de implantação de redes pluviais, única fonte de dados fornecida pela SEMPID, e também levantamentos realizados "in-loco". As obras de drenagem nos trechos constantes em projeto, tiveram sua implantação realizada com base no princípio da economicidade, ou seja, fazendo uso das redes e caixas já existentes no sistema público de drenagem, o que pode acarretar em superveniências no decorrer das obras, as quais deverão sempre ser encaminhadas ao fiscal do contrato para que sejam tomadas as devidas providências para melhor empregabilidade das soluções de engenharia e investimento público.

16. LIMPEZA DA OBRA

Após o término dos serviços, deverá ser executada a retirada de todos os materiais oriundos de escavação, recortes ou sobras, sendo que este material será removido do local. O recebimento da obra será realizada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga/RS, após todos os serviços contratados serem realizados.

02 de Junho de 2026, São Luiz Gonzaga/RS

Prefeito Municipal
José Antônio Flach Werle

Eng. Civil Gabriel Adams Domingues
CREA/RS 247738

2. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. A contratada será responsável pela matrícula da obra junto ao INSS, antes do início da sua execução, bem como pela devida anotação da responsabilidade técnica – ART ou registro de responsabilidade técnica – RRT de execução junto ao respectivo conselho profissional.

2.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.3. É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

2.4. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

2.5. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente ou indiretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a este Município ou sua fiscalização.

2.6. A licitante assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados e ao meio ambiente, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultante da execução do contrato.

2.7. A contratada deverá apresentar durante a execução do contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas no contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

2.7.1. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir a regularização e o uso da obra.

2.8. Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.

2.9. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será



prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

2.9.1. Quando este prazo for por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site oficial da Prefeitura Municipal e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para reinício da sua execução.

2.10. Somente após a apresentação da Garantia junto ao Setor de Licitações e Contratos, será dada a **Ordem de Início**, devendo as obras ter início no prazo de até 10 (dez) dias e serão executadas de acordo com o Edital, proposta vencedora e as cláusulas desse instrumento.

2.11. A Ordem de Início somente deverá ser expedida após a liberação dos recursos pelo órgão concedente.

2.12. Iniciadas as obras, deverão ser concluídas em até 02 (dois) mês, respeitando as medições mensais, conforme cronograma de execução.

O objeto do presente contrato se estiver de acordo com as especificações do edital, da proposta e do presente instrumento será recebido:

Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, assinado pelas partes em até 15 dias;

Definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, assinado pelas partes, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** Da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.

3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato é até 31 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/21, ou até o cumprimento total do cronograma de execução descrito no item 2.12 da CLÁUSULA SEGUNDA deste contrato.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.1.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas; e,

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

3.1.3. Caso a vigência ultrapasse o exercício financeiro, deverão ser observadas a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual.

4- DO PAGAMENTO

4.1. A liquidação e os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la os seguintes documentos: boletim de medição mensal expedido pelo Setor de Engenharia do Município, apresentação da Nota Fiscal-Fatura e ao final da obra declaração de recebimento firmada pelo Gestor do Contrato.

4.1.1. O pagamento somente poderá se dar após a conclusão e liberação de cada uma das etapas mensais da obra pelo órgão fiscalizador competente, conforme cronograma físico-financeiro.



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

4.2. O documento fiscal deverá ser, obrigatoriamente, do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

4.3. O documento fiscal deverá ser acompanhado de cópia do comprovante de pagamento do ISSQN da respectiva nota emitida referente ao local da realização da obra/serviço.

4.4. As faturas deverão se fazer acompanhar das certidões negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do FGTS.

4.5. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

4.5.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. A contratada deverá apresentar tal comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido aos optantes pelo Simples Nacional.

4.5.2. O contratado que não for beneficiário do Simples Nacional deverá informar a alíquota de retenção de IRPJ na nota fiscal ou a base legal para imunidade ou isenção, conforme determina a Instrução Normativa Federal nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 6.755/2022.

4.6. No caso de atraso pelo **CONTRATANTE**, os valores devidos ao **CONTRATADO** serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação pelo índice médio do acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV; calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

5- DAS OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos.
2. Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.
3. Determinar as providências necessárias quando o serviço prestado não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
5. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.
6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

São obrigações da **CONTRATADA**:

1. Prestar os serviços de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

5. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela administração desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir e/ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

15. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

18. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE** para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno perigoso e insalubre.

20. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

21. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

22. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

23. Observar as diretrizes de caráter ambiental de acordo com a legislação pertinente.

24. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

25. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

26. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

27. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

6- DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. Der causa à inexecução total do contrato;
4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa.

7- DA EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, GLOBAL nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, alínea a, artigo 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para execução da obra os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

Habilitação jurídica:

Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade perante a:

Fazenda Federal,

Fazenda Estadual e/ou

Municipal do domicílio ou sede do licitante, e

Com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

OBS 01: o referido documento poderá ser obtido através de realização de cadastro no Setor responsável por meio do telefone (55) 3352-9321 e após sua emissão pelo site oficial;

OBS 02: servirá como prova de regularidade com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, *print* da página do site oficial em que conste o licitante como contribuinte inexistente ou bloqueado/ inativo, através do link: Portal do Cidadão (gespamweb.com.br)

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Habilitação econômico-financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

No caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, limitar-se-ão ao último exercício;



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

No caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Cálculo da boa situação financeira da empresa, devendo ser alcançado os seguintes índices:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido

a) Liquidez Geral: $\frac{AC + ARLP}{PC + ELP}$ (deve ser igual ou maior que 1,0)

PC ELP

b) Garantia de Capital de Terceiros: $\frac{PL}{PC + ELP}$ (deve ser igual ou maior que 0,2)

PC + ELP

O índice estabelecido pela Administração, para certificar a boa situação financeira da empresa, é igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero) para Liquidez Geral e igual ou maior que 0,2 (zero vírgula dois), para Garantia de Capital de Terceiros.

Caso a empresa licitante não apresente os índices mínimos, será exigido para fins de habilitação, Patrimônio Líquido Mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

Habilitação técnica:

Certidão de registro da empresa e de todos os profissionais integrantes de seu quadro técnico no Conselho Competente, com prazo de validade em vigor;

Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no Conselho Competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características com o ora licitado em quantidade mínima de até 50% do objeto das parcelas de maior relevância, quais sejam;

a) Execução de pavimento de concreto simples (PCS), F_{ctm} , $k=4,5\text{Mpa} - 825,00\text{ m}^3$;

Observação: os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço técnico objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado horário junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento, sito a rua Borges de Medeiros, 2860, centro, fone (55) 3352-3869, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

Após a adjudicação e homologação pela Autoridade Superior, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da sua convocação para assinatura do contrato.

* Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no contrato.

Após a homologação do certame será dada Ordem de Apresentação de Garantia, onde o contratado deverá informar no prazo máximo de 24 horas qual das modalidades de garantia que será apresentada.

Em caso opção pela modalidade previstas no art. 96, §1º, incisos II, da Lei n.º 14.133/2021, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades previstas no art. 96, §1º, incisos I, III e IV, da Lei n.º 14.133/2021, deverão ser prestadas em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

* As obras terão início no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da **Ordem de Início** e serão executadas de acordo com o Edital, proposta vencedora e as cláusulas desse instrumento.

A Ordem de Início deverá ser expedida após a liberação dos recursos pelo órgão concedente.

Iniciadas as obras, deverão ser concluídas em até 02 (dois) meses, respeitando as medições mensais, conforme cronograma de execução, ou até o cumprimento total do cronograma de execução.

Não será admitida a subcontratação, o CONTRATADO deverá executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal n.º 6.910/2023, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga -RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores:

Sr. Luiz Carlos Karnikowski de Oliveira, matrícula 6058, **Gestor do Contrato**; Gabriel Adams Domingues, matrícula 5508, **Fiscal de Execução do Contrato**, Sr. Igor Machado Kist, matrícula 6074; **Fiscal Suplente**; Sra. Celena Camargo da Cunha, matrícula 6086, **Fiscal Administrativo do Contrato**.

Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

As medições serão de forma mensal e respeitarão o cronograma de execução.

DO PAGAMENTO

1. A liquidação e os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la os seguintes documentos: boletim de medição mensal expedido pelo Setor de Engenharia do Município, apresentação da Nota Fiscal-Fatura e ao final da obra declaração de recebimento firmada pelo Gestor do Contrato.

O pagamento somente poderá se dar após a conclusão e liberação de cada uma das etapas mensais da obra pelo órgão fiscalizador competente, conforme cronograma físico-financeiro.

2. O documento fiscal deverá ser, obrigatoriamente, do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3. O documento fiscal deverá ser acompanhado de cópia do comprovante de pagamento do ISSQN da respectiva nota



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34

emitida referente ao local da realização da obra/serviço.

4. As faturas deverão se fazer acompanhar das certidões negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do FGTS.

5. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. A contratada deverá apresentar tal comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido aos optantes pelo Simples Nacional.

O contratado que não for beneficiário do Simples Nacional deverá informar a alíquota de retenção de IRPJ na nota fiscal ou a base legal para imunidade ou isenção, conforme determina a Instrução Normativa Federal nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 6.755/2022.

6. No caso de atraso pelo **CONTRATANTE**, os valores devidos ao **CONTRATADO** serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação pelo índice médio do acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV; calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada em prestação de serviço(obra) para pavimentação.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores/prestadores de serviços: CARPENEDO E CIA LTDA, HIPERTEX, SUPERTEX, SUPERMIX, LOPES PEIXOTO e CONTRI. Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa de mercado regionais, efetuadas com base no Decreto Municipal n.º 6.871/2022 que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para o valor da contratação almejada o valor total máximo de R\$ 351.852,92 (trezentos cinquenta um mil oitocentos cinquenta dois reais e noventa dois centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando o disposto no Decreto Municipal nº 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços na aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do município de São Luiz Gonzaga/RS", e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021" A pesquisa de preços foi realizada através do SINAPI do mês de fevereiro do ano de 2026.



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/06/2026

Hora: 14:07:34



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Luiz Gonzaga
SEMPID
Secretaria Municipal de Planejamento Inovação e Desenvolvimento

MEMORANDO

MEMORANDO: 93/2026

EM: 15/05/2026

DE: ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA

JUSTIFICATIVA TÉCNICA – REFERENCIAL ORÇAMENTÁRIO E ATUALIDADE DA BASE DE PREÇOS

O orçamento de referência da obra de pavimentação asfáltica foi elaborado com base nas composições oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, observando os parâmetros técnicos e metodológicos amplamente adotados na administração pública para obras de infraestrutura.

Destaca-se que, para os insumos pétreos e materiais betuminosos vinculados aos serviços de pavimentação, o orçamento considera valores de referência obtidos diretamente de fontes oficiais de mercado, incluindo cotações e parâmetros divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, especialmente no que se refere aos insumos asfálticos derivados de petróleo. Tal metodologia é compatível com os procedimentos técnicos utilizados em composições referenciais aplicáveis às obras rodoviárias e de pavimentação urbana.

Ressalta-se ainda que o orçamento foi desenvolvido utilizando a base de preços SINAPI referente à competência 02/2026, a qual permanece atual e compatível com o período de elaboração e processamento do certame, não havendo defasagem temporal significativa que justifique a necessidade de atualização monetária ou substituição da base de referência neste momento.

Dessa forma, entende-se que os valores constantes no orçamento atendem aos critérios de contemporaneidade, razoabilidade e aderência aos preços praticados no mercado, preservando a confiabilidade técnica da estimativa orçamentária utilizada pela Administração Pública.

Gabriel Adams Domingues
Engenheiro Civil – CREA/RS 247738

 Documento assinado eletronicamente
GABRIEL ADAMS DOMINGUES
Data: 25/05/2025 13:40:29-0300
URL: https://portal.sistema.org.br

São Luiz Gonzaga/RS, 15 de Maio de 2026.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária:

11.02 15 0452 0400 2,119 - Pavimentação e reforma das vias urbanas

01262 0706.19 3110 4490 51 00 00 00 - Obras e instalação

Emenda especial nº 202641680006.